



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

CONCURSO PÚBLICO

005. PROVA OBJETIVA

EXECUTIVO PÚBLICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 a 04.



(Folha de S.Paulo, 10.11.2013)

01. Na tira, uma personagem se diz viciada em redes sociais. Em relação a isso, é aconselhada, pela outra personagem, no segundo quadrinho, a fazer uma terapia específica. Com base nessas informações, conclui-se corretamente que essa terapia é representada pelo
- (A) uso da tecnologia para acabar com o desgaste físico.
 - (B) uso das redes sociais durante as tarefas físicas diárias.
 - (C) emprego das energias físicas em trabalho braçal.
 - (D) abandono efetivo da força física nas tarefas cotidianas.
 - (E) equilíbrio entre atividades físicas e atividades lúdicas.
02. É correto afirmar que o termo **viciado** está empregado no primeiro quadrinho como
- (A) substantivo, significando algo que sofreu deformação.
 - (B) adjetivo, significando algo que é adulterado.
 - (C) substantivo, significando algo que se faz ilegalmente.
 - (D) adjetivo, significando algo que se faz por hábito.
 - (E) substantivo, significando algo que se faz a contragosto.
03. As frases – Você precisa de um lote? – e – Um lote precisa de você! – estabelecem entre si uma relação de sentido baseada na ideia de
- (A) reciprocidade.
 - (B) causa.
 - (C) tempo.
 - (D) oposição.
 - (E) contradição.

04. Quanto à colocação pronominal, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, a oração – Vou lhe passar um endereço... – está corretamente reescrita em:
- (A) Imediatamente passo-lhe um endereço...
 - (B) Agora mesmo passarei-lhe um endereço...
 - (C) Lhe passo um endereço neste exato momento...
 - (D) Passarei-lhe um endereço agora mesmo...
 - (E) Já lhe vou passar um endereço...

05. Um rato se arriscaria chegar ___ morte apenas para satisfazer sua compulsão por chocolate? Descobri isso recentemente. Em meu laboratório, demos ___ ratos acesso ilimitado ___ sua ração normal e ___ uma “minilanchonete” repleta de alimentos altamente calóricos. Eles diminuíram a ingestão dos itens saudáveis, porém insípidos, e passaram a consumir quase que exclusivamente a comida adicional. Ganharam peso e ficaram obesos.

(Scientific American Brasil, outubro de 2013. Adaptado)

As lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) à ... à ... à ... a
- (B) à ... a ... à ... a
- (C) a ... à ... a ... à
- (D) a ... a ... a ... à
- (E) à ... a ... a ... à

Leia o texto para responder às questões de números 06 a 13.

Se a mera promulgação de novas leis fosse capaz de transformar a realidade, o Brasil não seria o país que é. Embora óbvia, a constatação é frequentemente ignorada pelos legisladores.

O país assiste a uma verdadeira **profusão** de leis – muitas delas, a rigor, desnecessárias. São produzidas todos os dias pelos Legislativos federal, estadual e municipal, sem falar na imensa quantidade de atos normativos, decretos, portarias, circulares...

O problema não se restringe à confusão que esse emaranhado costuma provocar. Às novas leis correspondem novas obrigações para o poder público, que deve monitorar sua implementação, fiscalizar seu cumprimento e punir eventuais desvios.

Antes de promulgar leis, legisladores de países mais previdentes realizam estudos de impacto e testes de custo/benefício para avaliar os efeitos das normas. Não no Brasil, onde a regra é o voluntarismo.

O mais recente exemplo disso é o projeto de lei que regula o peso a ser transportado por estudantes em suas mochilas – o texto foi aprovado pelo Senado e deve seguir para avaliação da Câmara.

(Folha de S.Paulo, 23.11.2013)

06. A ideia defendida no texto é que
- (A) o Brasil é um país onde, diferentemente do que acontece com outros países, as leis são promulgadas tendo em vista a relação custo/benefício.
 - (B) a promulgação das leis implica novas responsabilidades para o poder público, razão pela qual elas devem ser evitadas ao máximo.
 - (C) as leis deveriam ser promulgadas tendo como parâmetro a sua relevância no cenário social e as reais condições de sua aplicabilidade.
 - (D) os estudos de impacto das leis e testes de custo/benefício são ineficazes quando se pretende promulgar uma lei que transforme a sociedade.
 - (E) o voluntarismo é uma forma mais eficiente de legislar, uma vez que leva em conta atitudes mais preventivas quando se promulga uma lei.
07. De acordo com o primeiro parágrafo do texto, o Brasil é um país que
- (A) promulga muitas leis, todas elas essenciais à ordem social.
 - (B) transformou a sociedade sem a promulgação de leis desnecessárias.
 - (C) foi capaz de transformar a sociedade, apesar de promulgar muitas leis.
 - (D) promulga muitas leis, porém a sociedade não se transforma.
 - (E) avalia a possibilidade de uma lei transformar de fato a sociedade.
08. No segundo parágrafo do texto, o substantivo **profusão**, em destaque, é antônimo de
- (A) concentração.
 - (B) escassez.
 - (C) magnitude.
 - (D) aumento.
 - (E) efusão.
09. É coerente concluir, em função da argumentação estabelecida no texto, que a lei que regulamenta o peso a ser transportado por estudantes em suas mochilas será um exemplo de lei
- (A) supérflua.
 - (B) consensual.
 - (C) contraditória.
 - (D) indispensável.
 - (E) paradoxal.

Considere o período do primeiro parágrafo – Embora óbvia, a constatação é frequentemente ignorada pelos legisladores. –, para responder às questões de números **10 a 12**.

10. A conjunção **Embora** expressa o mesmo sentido que a destacada em:
- (A) Todos tiveram tempo para se preparar, **portanto** não procedem as reclamações.
 - (B) Falou tanto durante a palestra **que** acabou ficando rouca por uma semana.
 - (C) **Como** diria o Velho Guerreiro, quem não se comunica se trumbica.
 - (D) O acessório do carro foi trocado, **pois** apresentou defeito já no primeiro uso.
 - (E) Não quis participar da solenidade, **mesmo** sendo um dos homenageados.
11. O advérbio **frequentemente** expressa circunstância de
- (A) intensidade e, nesse contexto, pode ser substituído por **deveras**.
 - (B) modo e, nesse contexto, pode ser substituído por **eventualmente**.
 - (C) afirmação e, nesse contexto, pode ser substituído por **indubitavelmente**.
 - (D) tempo e, nesse contexto, pode ser substituído por **seguidamente**.
 - (E) negação e, nesse contexto, pode ser substituído por **absolutamente**.
12. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego e à colocação pronominal.
- (A) Embora óbvia a constatação, os legisladores frequentemente a ignoram.
 - (B) Embora óbvia a constatação, os legisladores frequentemente lhe ignoram.
 - (C) Embora óbvia a constatação, os legisladores frequentemente ignoram-na.
 - (D) Embora óbvia a constatação, os legisladores frequentemente ignoram-lhe.
 - (E) Embora óbvia a constatação, os legisladores frequentemente ignoram-la.
13. Em – Se a mera promulgação de novas leis **fosse** capaz de transformar a realidade, o Brasil não seria o país que é. –, caso a forma verbal em destaque seja substituída por **for**, o final do período assume a seguinte redação:
- (A) ... o Brasil não fora o país que é.
 - (B) ... o Brasil não era o país que é.
 - (C) ... o Brasil não será o país que é.
 - (D) ... o Brasil não teria sido o país que é.
 - (E) ... o Brasil não foi o país que é.

14. Leia a tira.



(Folha de S.Paulo, 30.04.2013)

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, a lacuna do primeiro quadrinho deve ser preenchida com:

- (A) onde o
- (B) que o
- (C) aonde o
- (D) cujo o
- (E) cujo

Leia o texto para responder às questões de números 15 a 25.

A classe média vai ao inferno

Era uma vez o sonho de morar na grande cidade. O paraíso das oportunidades, do emprego bem remunerado, do hospital equipado e do acesso mais amplo aos serviços públicos. O centro do lazer cultural e do bem-estar. A promessa da mobilidade social e funcional.

A metrópole virou megalópole e, hoje, São Paulo e Rio de Janeiro se tornaram ambientes hostis ao cidadão de qualquer classe social que precise se deslocar da casa para o trabalho. As “viagens” diárias dificultam conciliar família e profissão.

Hoje, mais da metade da população (54%) tem algum carro. O Brasil privilegiou a indústria automobilística, facilitou a compra de veículos, e a classe média aumentou em tamanho e poder de consumo. Todos acreditaram que chegariam ao paraíso. Ficaram presos no congestionamento.

Quem mais fica engarrafada nas ruas é a classe média, segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). A pesquisa, com base em dados de 2012, revela que os muito pobres e os muito ricos gastam menos tempo no deslocamento casa-trabalho do que a classe média. Os ricos, porque podem morar perto do trabalho – sem contar os milionários, que andam de helicóptero. Os muito pobres, sem dinheiro para a passagem, tendem a se restringir a trabalhar bem perto de onde moram ou acordam às 4 horas da manhã para evitar congestionamento. Como não se investiu em trem e metrô – muito menos em sistemas inteligentes de transporte –, estouramos os limites da civilidade. E que se lixem os impactos ambientais, a poluição e a rinite.

(*Época*, 28.10.2013. Adaptado)

15. A frase que inicia o texto – Era uma vez o sonho de morar na grande cidade. – revela que

- (A) os ricos e os pobres sofrem tanto quanto a classe média com a vida em uma grande cidade.
- (B) sonhar com uma vida melhor é uma forma de não se decepcionar com a rotina das megalópoles.
- (C) as grandes cidades são, em geral, lugares onde é caro viver, por isso os sonhos se desfazem.
- (D) existe uma diferença considerável entre aquilo que a classe média sonhou e o cotidiano que vive.
- (E) a grande cidade acolhe a todos indistintamente e, em geral, a classe média é que vive melhor.

16. Segundo o texto, uma das causas do agravamento da situação do trânsito nas grandes cidades é

- (A) a aproximação entre lar e trabalho.
- (B) o incentivo à indústria automobilística.
- (C) o fim dos parâmetros de civilidade.
- (D) o investimento no transporte coletivo.
- (E) a preocupação com questões ambientais.

17. O texto revela que, no trânsito,

- (A) os muito ricos e os muito pobres têm vantagem sobre a classe média.
- (B) a classe média tem menos prejuízos de mobilidade que os ricos.
- (C) a classe média pode considerar que realmente está no paraíso.
- (D) os muito pobres se livram do engarrafamento como os muito ricos.
- (E) o transporte coletivo é mais confortável que o carro particular.

Para responder às questões de números 18 e 19, considere a seguinte passagem do texto:

... São Paulo e Rio de Janeiro se tornaram ambientes hostis ao cidadão de qualquer classe social que precise se deslocar da casa para o trabalho.

18. No trecho, o termo **hostis** significa

- (A) muito serenos.
- (B) medianamente favoráveis.
- (C) muito desejados.
- (D) pouco acolhedores.
- (E) pouco agressivos.

19. O plural do termo **cidadão** segue a mesma regra que o plural do substantivo destacado em:
- (A) Experimente nosso **pão** integral.
 - (B) Por favor, me compre **limão** de qualidade.
 - (C) O **furacão** arrasou a pequena cidade.
 - (D) O **capitão** ficou feliz com a aposentadoria.
 - (E) Uma **mão** lava a outra.
20. Assinale a alternativa em que a reescrita de passagem do texto altera o sentido original.
- (A) *A metrópole virou megalópole e ...* (segundo parágrafo)
= Virou megalópole a metrópole e ...
 - (B) *Ficaram presos no congestionamento.* (terceiro parágrafo)
= No congestionamento, ficaram presos.
 - (C) *Hoje, mais da metade da população (54%) tem algum carro.* (terceiro parágrafo)
= Hoje, mais da metade da população (54%) tem carro algum.
 - (D) *Era uma vez o sonho de morar na grande cidade.* (primeiro parágrafo)
= Era uma vez o sonho de na grande cidade morar.
 - (E) *... ou acordam às 4 horas da manhã para evitar congestionamento.* (quarto parágrafo)
= ... ou, para evitar congestionamento, acordam às 4 horas da manhã.
21. Sem que haja mudança do sentido original, o trecho – Como não se investiu em trem e metrô, estouramos os limites da civilidade. – pode ser reescrito da seguinte forma:
- (A) Estouramos os limites da civilidade, no entanto não se investiu em trem e metrô.
 - (B) Estouramos os limites da civilidade, porque não se investiu em trem e metrô.
 - (C) Estouramos os limites da civilidade, quando não se investiu em trem e metrô.
 - (D) Estouramos os limites da civilidade, ainda que não se tenha investido em trem e metrô.
 - (E) Estouramos os limites da civilidade, conforme não se investiu em trem e metrô.
22. No enunciado – As “viagens” diárias dificultam conciliar família e profissão. –, usam-se as aspas para
- (A) enfatizar que a ida ao trabalho favorece as relações familiares.
 - (B) criticar as pessoas que desperdiçam muito tempo indo ao trabalho.
 - (C) comparar a ida ao trabalho a um deslocamento breve.
 - (D) mostrar que o deslocamento ao trabalho é demorado.
 - (E) zombar de quem perde tempo para ir ao trabalho.
23. Assinale a alternativa correta quanto à pontuação.
- (A) A classe média, mora longe do trabalho, os ricos, e os pobres, perto. Essa diferença faz a classe média, ser a que mais fica engarrafada nas ruas.
 - (B) A classe média mora longe do trabalho os ricos e os pobres perto. Essa diferença faz a classe média ser a que mais fica engarrafada nas ruas.
 - (C) A classe média mora longe do trabalho, os ricos e os pobres, perto. Essa diferença faz a classe média ser a que mais fica engarrafada nas ruas.
 - (D) A classe média, mora longe do trabalho, os ricos e os pobres perto. Essa diferença, faz a classe média ser a que mais fica engarrafada nas ruas.
 - (E) A classe média mora longe do trabalho os ricos e os pobres, perto. Essa diferença, faz a classe média, ser a que mais fica engarrafada nas ruas.
24. Considere as frases:
- A classe média vai ao **inferno**. (título)
 - Todos acreditaram que chegariam ao **paraíso**. (terceiro parágrafo)
- Os termos destacados nos enunciados estão empregados em sentido
- (A) próprio, estabelecendo-se entre eles uma relação de comparação.
 - (B) figurado, estabelecendo-se entre eles uma relação de equivalência.
 - (C) próprio, estabelecendo-se entre eles uma relação de consequência.
 - (D) próprio, estabelecendo-se entre eles uma relação de causa.
 - (E) figurado, estabelecendo-se entre eles uma relação de oposição.
25. No trecho – ... sem contar os milionários, que andam de helicóptero. – a preposição “**de**” forma uma expressão indicativa de
- (A) meio.
 - (B) movimento.
 - (C) matéria.
 - (D) lugar.
 - (E) posse.

Leia o texto para responder às questões de números 26 a 29.

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, não consegue se explicar com velocidade suficiente. _____ as denúncias e as suspeitas de espionagem eletrônica contra governos de países com que os EUA _____ relações cordiais. O episódio mais recente ocorreu na Alemanha. Desde junho, já _____ suspeitas de que o governo alemão era alvo de espionagem americana, por causa de denúncias feitas por Edward Snowden, ex-consultor da Agência Nacional de Segurança dos EUA.

(*Época*, 28.10.2013. Adaptado)

26. Segundo o texto, Barack Obama “não consegue se explicar com velocidade suficiente”. Isso significa que, para responder às denúncias e às suspeitas de espionagem, o presidente dos Estados Unidos está sendo

- (A) intrépido.
- (B) negligente.
- (C) rápido.
- (D) diligente.
- (E) intempestivo.

27. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) Proliferam ... tem ... haviam
- (B) Prolifera ... têm ... existia
- (C) Prolifera ... têm ... existiam
- (D) Proliferam ... têm ... havia
- (E) Proliferam ... tem ... havia

28. No período – O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, não consegue se explicar com velocidade suficiente. – as vírgulas são usadas pelo mesmo motivo que no seguinte enunciado:

- (A) Ao encontrar o novo diretor, disse-lhe: “Já lhe enviei, senhor diretor, o relatório”.
- (B) Curitiba, cidade modelo, tem uma das maiores relações habitante/árvore do Brasil.
- (C) Salvador, por ser uma cidade turística, está sempre bastante movimentada.
- (D) Trouxe-lhe os documentos, a saber, a procuração e as escrituras dos imóveis.
- (E) Todos sabiam que, embora tímido, ele morria de amor pela bela vizinha.

29. Sem prejuízo de sentido ao texto original e de acordo com a norma-padrão, o trecho – ... por causa de denúncias feitas por Edward Snowden... – pode ser reescrito da seguinte forma:

- (A) devidas as denúncias feitas por Edward Snowden.
- (B) devido denúncias feitas por Edward Snowden.
- (C) devido à denúncias feitas por Edward Snowden.
- (D) devidas às denúncias feitas por Edward Snowden.
- (E) devido a denúncias feitas por Edward Snowden.

30. Leia o texto.

No colo da mulher, o Duquinha, também só osso e pele, levava, com um gemido abafado, a mãozinha imunda, de dedos ressequidos, aos pobres olhos doentes.

E com a outra tateava o peito da mãe, mas num movimento tão fraco e tão triste que era mais uma tentativa do que um gesto.

Lentamente o vaqueiro voltou as costas; cabisbaixo, o Pedro o seguiu.

E foram andando à toa, devagarinho, costeando a margem da caatinga.

(Rachel de Queiroz, *O Quinze*)

Usa-se o diminutivo em “a mãozinha imunda” para expressar, em linguagem figurada,

- (A) a fragilidade de Duquinha.
- (B) a indiferença da mãe.
- (C) o repúdio do narrador.
- (D) o tamanho da criança.
- (E) a ironia do pai e de Pedro.

31. Considere a afirmação a seguir.

Levei os detentos ao pátio e os recolhi às 15 horas.

Uma negação lógica para essa afirmação está contida na alternativa:

- (A) Não levei os detentos ao pátio e não os recolhi às 15 horas.
- (B) Levei os detentos ao pátio, mas não os recolhi às 15 horas.
- (C) Não levei os detentos ao pátio ou não os recolhi às 15 horas.
- (D) Levei os detentos ao pátio ou não os recolhi às 15 horas.
- (E) Não levei os detentos ao pátio, mas os recolhi às 15 horas.

32. Leia a frase:

Ruy é um executivo público e realiza estudos para o desenvolvimento de instrumentos de avaliação.

A afirmação apresentada é uma negação lógica para a afirmação contida na alternativa:

- (A) Ruy não é um executivo público e não realiza estudos para o desenvolvimento de instrumentos de avaliação.
- (B) Se Ruy é um executivo público, então ele não realiza estudos para o desenvolvimento de instrumentos de avaliação.
- (C) Se Ruy não é um executivo público, então ele não realiza estudos para o desenvolvimento de instrumentos de avaliação.
- (D) Ruy não é um executivo público ou realiza estudos para o desenvolvimento de instrumentos de avaliação.
- (E) Ruy não é um executivo público se, e somente se, ele não realiza estudos para o desenvolvimento de instrumentos de avaliação.

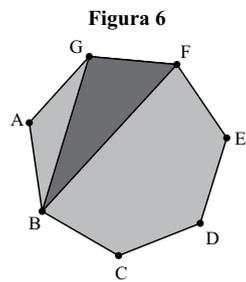
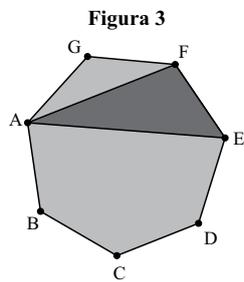
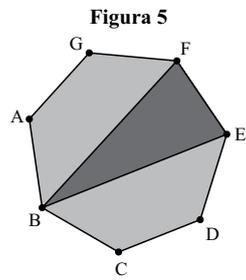
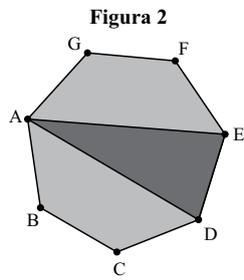
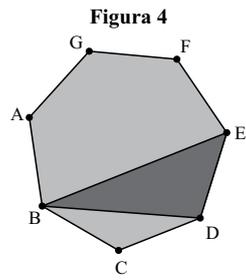
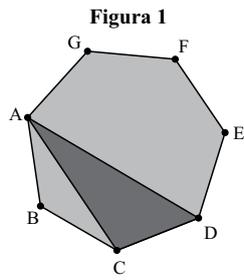
33. A proposição – *se José presta assistência ao dirigente das unidades prisionais, então ele é aprovado no concurso* – tem como uma equivalente a proposição

- (A) se José é aprovado no concurso, então ele presta assistência ao dirigente das unidades prisionais.
- (B) José presta assistência ao dirigente das unidades prisionais e é aprovado no concurso.
- (C) José é aprovado no concurso ou presta assistência ao dirigente das unidades prisionais.
- (D) se José não é aprovado no concurso, então ele não presta assistência ao dirigente das unidades prisionais.
- (E) José não é aprovado no concurso e não presta assistência ao dirigente das unidades prisionais.

34. Sabe-se que todos os que foram condenados por crimes que cometeram já foram julgados e que alguns desses condenados aguardam para cumprir sua sentença. Logo, pode-se afirmar corretamente que
- (A) se Carla não é condenada, então ela não foi julgada.
 - (B) se Caio não foi julgado, então ele não foi condenado.
 - (C) se José já foi julgado, então ele foi condenado.
 - (D) se Maria foi condenada, então ela aguarda para cumprir sua sentença.
 - (E) se Marcelo foi condenado, então ele já está cumprindo sua sentença.
35. Considere verdadeiras as seguintes afirmações:
- Se João emite pareceres técnicos e elabora relatórios, então ele exerce o cargo de executivo público.
 - Se Ana executa exames médicos e emite diagnósticos, então ela exerce o cargo de clínico geral.
 - João emite pareceres técnicos e elabora relatórios ou Ana executa exames médicos e emite diagnósticos.
- Decorre corretamente dessas afirmações que
- (A) João exerce o cargo de executivo público.
 - (B) João exerce o cargo de executivo público e Ana o de clínico geral.
 - (C) Se Ana exerce o cargo de clínico geral, então João exerce o cargo de executivo público.
 - (D) Ana exerce o cargo de clínico geral.
 - (E) João exerce o cargo de executivo público ou Ana o de clínico geral.
36. Se Carlos é executivo público, então Cláudio é eletricitista e André médico. Se Márcia é enfermeira ou Carolina é nutricionista, então André não é médico. Constata-se que Márcia é enfermeira ou que Ana é advogada. Sabe-se, ainda, que Carlos é executivo público. Logo, é verdade que
- (A) Ana é advogada.
 - (B) André não é médico.
 - (C) Márcia é enfermeira.
 - (D) Cláudio não é eletricitista.
 - (E) Carolina é nutricionista.

37. Em um concurso para determinado cargo, somente 320 inscritos tinham o ensino superior completo, somente 1 100 inscritos haviam cursado o ensino médio completo e somente 250 inscritos tinham cursado apenas o ensino fundamental completo. O número total de inscritos para esse cargo era
- (A) 1 430.
 - (B) 1 570.
 - (C) 1 660.
 - (D) 1 350.
 - (E) 1 200.
38. Em um grupo de 250 servidores públicos, todos com curso de nível superior, identificou-se que exatamente 25 deles tinham cursado três áreas: A, B e C. Em se tratando dos servidores com somente duas graduações, identificou-se que exatamente 26 deles tinham cursado as áreas A e B, exatamente 15 tinham cursado as áreas A e C e exatamente 20 tinham cursado as áreas B e C. Se 77 servidores têm curso de graduação na área A, 73 na área B, 89 servidores têm graduação na área C, e os demais servidores não cursaram essas áreas, então é correto concluir que o número de servidores que não têm curso de graduação nessas três áreas é
- (A) 111.
 - (B) 122.
 - (C) 99.
 - (D) 133.
 - (E) 144.
39. Na sequência numérica 3, 3, 6, 24, 192, 3 072, ..., o próximo elemento é
- (A) 87 042.
 - (B) 64 128.
 - (C) 98 304.
 - (D) 100 526.
 - (E) 75 100.

40. A seguir, são apresentados os primeiros elementos de uma sequência de figuras, conforme um certo padrão:



Sabendo-se que, na referida sequência, não há figuras repetidas, a região triangular mais escura da figura 15 terá como vértices os pontos

- (A) A, E e G.
- (B) C, E e G.
- (C) A, B e E.
- (D) C, E e F.
- (E) B, C e E.

CONHECIMENTOS GERAIS

ATUALIDADES

41. Os ministros de 159 países concluíram ontem em conferência em Bali, na Indonésia, o primeiro acordo comercial global em quase 20 anos. É um pacote modesto quando comparado com as ambições iniciais da Rodada Doha e abrange menos de 10% do que estava previsto. Ainda assim, representa um fôlego importante para a credibilidade da Organização Mundial do Comércio (OMC).

(Folha de S. Paulo, 8.12.2013)

Um dos maiores impasses da negociação ocorrida em Bali se deu entre

- (A) EUA e Índia acerca dos programas de segurança alimentar dos países pobres, pois os EUA queriam garantias de que os programas sociais não se tornariam uma brecha para os países pobres subsidiarem pequenos produtores rurais que dependem da compra de sua produção pelo Estado.
- (B) França e Japão acerca da desburocratização do comércio internacional, pois o país europeu considerava que a defesa japonesa da desburocratização nas aduanas e nos portos representaria menor controle dos Estados nacionais sobre a entrada e a saída de mercadorias.
- (C) Canadá e Rússia acerca da exploração de petróleo no Oceano Ártico, pois os dois países disputam a soberania de alguns territórios localizados na região, o que lhes daria vantagem na exploração do combustível fóssil agora que as calotas polares estão em derretimento.
- (D) Alemanha e China acerca da questão da preservação ambiental, já que o país asiático afirmava que estabelecer limites para o desmatamento significaria controlar o crescimento econômico dos países em desenvolvimento, pois os países europeus já destruíram a maior parte de sua mata original.
- (E) Inglaterra e África do Sul acerca da ajuda aos produtores de algodão de países africanos, pois os ingleses defendiam que as condições socioeconômicas de alguns países não poderiam se tornar um privilégio no contexto das negociações, abrindo espaço para o favorecimento de alguns em detrimento de outros.

42.

Morre Nelson Mandela, ícone da luta pela igualdade racial

Presidente da África do Sul entre 1994 e 1999, ele tinha 95 anos e liderou a transição que encerrou a política do *apartheid* em seu país.

(GI, 5.12.2013)

Apesar do fim do *apartheid*, uma das marcas negativas da presidência de Nelson Mandela na África do Sul foi

- (A) a fragmentação da África do Sul em diferentes países.
- (B) a crise econômica que transformou o país em um dos mais pobres do continente.
- (C) o aumento da violência comum.
- (D) o aumento das taxas de analfabetismo e mortalidade infantil.
- (E) a ocorrência de uma dura e violenta guerra tribal.

43.

Preço da gasolina sobe 4% a partir de sábado

A Petrobras informou nesta sexta-feira que os preços da gasolina e do diesel serão reajustados nas refinarias a partir da 0h deste sábado, dia 30 de novembro. Para a gasolina, o aumento é de 4% e para o diesel, 8%. O reajuste foi decidido hoje durante a reunião do conselho de administração da estatal. Para o consumidor final, o aumento da gasolina deve representar uma alta de 2% a 2,5% no preço na bomba.

(Estadão, 29.11.2013)

Um dos argumentos utilizados pela Petrobras para justificar o aumento de preços dos combustíveis é:

- (A) o esforço do governo brasileiro em reduzir a emissão de gás carbônico, como estabelecido no Protocolo de Kyoto, e contribuir no combate ao aquecimento global.
- (B) acompanhar a alta da inflação no Brasil, pois o forte aumento dos preços encareceu a exploração do petróleo e, sem reajustar a gasolina, a empresa vinha tendo prejuízo.
- (C) a tentativa da empresa de desestimular o uso do transporte rodoviário, principalmente de carros e caminhões, para desafogar o trânsito das grandes cidades.
- (D) aproximar a política de preços da empresa com a política de juros do Banco Central, pois quanto mais sobem os juros, mais altos devem ser os preços dos combustíveis.
- (E) a defasagem dos preços do diesel e da gasolina no Brasil, mais baratos em comparação com os preços praticados em outros países e no mercado internacional.

*Jogadores cruzam braços e fazem silêncio
em protesto do Bom Senso FC*

Em protesto contra a falta de ação da CBF para atender as reivindicações do Bom Senso FC, os jogadores dos clubes da Série A do Campeonato Brasileiro estão cruzando os braços, literalmente, e fazendo um minuto de silêncio antes das partidas da 34.^a rodada da competição, que começou nesta quarta-feira.

(*Estadão*, 13.11.2013)

Entre as principais reivindicações desse movimento, é correto identificar:

- (A) aumento no valor da premiação para os jogadores em caso de vitória e extinção das torcidas organizadas.
- (B) menor quantidade de jogos no calendário do futebol nacional e período adequado de pré-temporada.
- (C) diminuição da duração dos jogos, de 90 para 70 minutos, e ao menos uma semana de intervalo entre um jogo oficial e outro.
- (D) padronização dos salários dos jogadores, para que todos tenham a mesma remuneração, e férias de 60 dias por ano.
- (E) mudanças nos horários dos jogos aos finais de semana, para que os jogadores não sofram com o calor, e extinção da “concentração”.

45. Após mais de 18 horas de trabalho, a exumação dos restos mortais do ex-presidente João Goulart foi concluída por volta das 2h desta quinta-feira (14 de novembro) em São Borja, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. O trabalho teve início pouco antes das 8h da manhã anterior no mausoléu da família de Jango no cemitério Jardim da Paz. Com honras militares e coberto por bandeiras do Brasil e de São Borja, a urna com os restos mortais do ex-presidente foi colocada em um caminhão da Defesa Civil gaúcha por volta das 2h 30. Às 6h, o corpo deve ser transportado até Brasília em um avião da Força Aérea Brasileira.

(*GI*, 14.11.2013)

A exumação do corpo de João Goulart se deveu

- (A) à produção de um inventário das mortes dos ex-presidentes brasileiros, o que exigiu a abertura da investigação de alguns casos.
- (B) à investigação feita a pedido da viúva do ex-presidente, que desconfiava de um crime cometido por agentes da polícia política soviética.
- (C) aos indícios de que o ex-presidente teria sido assassinado a mando de seu principal inimigo político, Getúlio Vargas.
- (D) à suspeita de que o ex-presidente, deposto pelo golpe militar de 1964, teria sido envenenado a mando dos militares.
- (E) aos boatos que circularam à época da morte do ex-presidente, nos anos 1970, de que ele teria sido morto por guerrilheiros de extrema-esquerda.

46. A Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com a Constituição Federal de 1988 no seu artigo 37, obedecerá aos seguintes princípios:

- (A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) transparência, tecnicidade, legalidade, impessoalidade e eficiência.
- (C) transparência, produtividade, eficiência, eficácia e efetividade.
- (D) legalidade, constitucionalidade, produtividade, impessoalidade e eficácia.
- (E) constitucionalidade, transparência, tecnicidade, moralidade e eficácia.

47. Levando-se em consideração as modalidades de licitação pública, definidas no âmbito da Lei n.º 8.666/1993, indica-se para compras de grande vulto a seguinte modalidade:

- (A) concurso.
- (B) pregão eletrônico.
- (C) convite.
- (D) concorrência.
- (E) tomada de preço.

48. Assinale a alternativa correta com relação à diferença entre a descentralização e a desconcentração.

- (A) Na descentralização, existe a combinação entre as estruturas governamentais da União, Estados e Municípios, com vínculo hierárquico; na desconcentração, por sua vez, a atuação é entre a União e os Municípios, com vínculo de subordinação.
- (B) A descentralização se verifica na atuação conjunta entre a União e os entes locais, Estados e Municípios, com vínculo de hierarquia; na desconcentração, parte da responsabilidade da União é repassada aos Estados e Municípios, sem vínculo de subordinação.
- (C) A descentralização se configura a partir de duas pessoas distintas, sejam particulares ou da Administração Pública, sem vínculo de subordinação; na desconcentração, a regra é que seja a mesma pessoa jurídica, unida pelo vínculo da hierarquia.
- (D) A descentralização se configura por meio de diversas combinações jurídicas, pública, privada ou mista, com ou sem vínculo de subordinação; na desconcentração, ocorre a parceria entre o público e o privado, sem vínculo de subordinação.
- (E) Na descentralização, atribui-se aos Estados e Municípios parte da responsabilidade da União, com vínculo de subordinação; na desconcentração, os serviços públicos são compartilhados entre os entes federativos, com vínculo de hierarquia.

49. Com relação às características relativas às autarquias, é correto afirmar que
- (A) são criadas por decreto e originam-se na sociedade civil, com personalidade jurídica, receitas e patrimônio próprios, com gestão administrativa e financeira compartilhada com a Administração Pública.
 - (B) são organizações criadas no âmbito da sociedade civil, com personalidade jurídica própria, com receitas e patrimônio vinculados à Administração Pública, com gestão administrativa e financeira descentralizada.
 - (C) são criadas por Lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receitas vinculados à Administração Pública, com gestão administrativa e financeira descentralizada.
 - (D) se originam por Decretos e Leis, com personalidade jurídica, patrimônio e receitas vinculados à Administração Pública, com gestão administrativa e financeira descentralizada.
 - (E) são criadas por Lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receitas próprios, para executar serviços típicos da Administração Pública, com gestão administrativa e financeira descentralizada.
50. De acordo com o art. 14 da Constituição Federal de 1988, que trata da soberania popular, exercida por meio do voto direto e secreto, são consideradas outras formas de participação cidadã:
- (A) projetos de lei; consulta e mobilização popular.
 - (B) projetos de lei; plebiscito e iniciativa popular.
 - (C) consulta; referendo e iniciativa popular.
 - (D) referendo; consulta e iniciativa popular.
 - (E) projetos de lei; referendo e mobilização popular.
51. Assinale a alternativa que contém os requisitos para a posse em cargo público, conforme Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.
- (A) Ser brasileiro ou naturalizado; ter completado 16 (dezesseis) anos de idade; não possuir antecedentes criminais e possuir aptidão para o exercício do cargo.
 - (B) Ser brasileiro ou naturalizado; estar no gozo dos direitos políticos; ser aprovado em concurso e possuir experiência profissional comprovada.
 - (C) Ser brasileiro; ter completado 18 (dezoito) anos de idade; ter boa conduta e possuir aptidão para o exercício do cargo.
 - (D) Ser brasileiro; ter completado 21 (vinte e um) anos de idade; não possuir antecedentes criminais e possuir aptidão para o exercício do cargo.
 - (E) Ser brasileiro; estar no gozo dos direitos políticos; ser aprovado em concurso e, nos cargos de confiança, aprovado pelo gestor imediato.
52. Assinale a alternativa correta com relação à gestão fiscal, no âmbito das finanças públicas, e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000).
- (A) Deve-se ter uma ação planejada e transparente em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
 - (B) É de responsabilidade dos gestores públicos a manutenção das contas públicas, exceto em casos de calamidade pública.
 - (C) Cada ente federativo deverá respeitar sua capacidade fiscal, de tal forma que o aumento nas despesas públicas seja proporcional ao crescimento do PIB.
 - (D) Os agentes públicos devem zelar pelo patrimônio e pelas receitas públicas, de tal forma a manter a ética e transparência das contas públicas.
 - (E) Os gastos públicos devem ser parcimoniosos, mas a cada nova despesa deve-se alocar um novo imposto, taxa ou receita.
53. Assinale a alternativa que define corretamente o que são os bens públicos.
- (A) São todos os bens com finalidades econômicas e sociais e que foram adquiridos e estão sob a tutela do Estado, sejam no âmbito da União, Estados ou Municípios.
 - (B) São todos aqueles que integram o patrimônio da Administração Pública direta e indireta.
 - (C) Os bens públicos são aqueles que União, Estados e Municípios gerenciam e colocam à disposição da população.
 - (D) Os bens públicos referem-se ao patrimônio com finalidade social e gerenciado por entes federativos.
 - (E) São todos aqueles que integram o patrimônio da Administração Pública direta e indireta e que tenham finalidade social.
54. De acordo com a Lei Federal n.º 12.527/2011, a informação em poder dos órgãos e entidades públicas poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. Assinale a alternativa que estabelece corretamente os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme sua classificação.
- (A) Ultrassecreta: 40 (quarenta) anos; secreta: 25 (vinte e cinco) anos e reservada: 10 (dez) anos.
 - (B) Ultrassecreta: 30 (trinta) anos; secreta: 20 (vinte) anos e reservada: 5 (cinco) anos.
 - (C) Ultrassecreta: 15 (quinze) anos; secreta: 10 (dez) anos e reservada: 5 (cinco) anos.
 - (D) Ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos; secreta: 15 (quinze) anos e reservada: 5 (cinco) anos.
 - (E) Ultrassecreta: 35 (trinta e cinco) anos; secreta: 25 (vinte e cinco) anos e reservada: 10 (dez) anos.

55. Assinale a alternativa que apresenta corretamente quem poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- (A) Agentes públicos ou privados que foram, em alguma medida, prejudicados pelo ato de improbidade, desde que respaldados por provas.
 - (B) Quaisquer membros do Ministério Público municipal, estadual ou federal poderão denunciar o ato de improbidade, por meio de fatos e provas.
 - (C) Quaisquer agentes públicos ou privados que foram prejudicados ou não pelo ato de improbidade, indicando provas de que tenham conhecimento.
 - (D) Quaisquer agentes públicos, privados ou da sociedade civil e que foram prejudicados pelo ato de improbidade, desde que sejam apresentadas as provas.
 - (E) Qualquer pessoa poderá prestar informações sobre o ato de improbidade e sua autoria, indicando provas de que tenha conhecimento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

56. O poder que consiste na possibilidade de alterar-se o texto constitucional, respeitando-se a regulamentação especial prevista na própria Constituição da República, exercitado por determinados órgãos com caráter representativo, é denominado de Poder Constituinte
- (A) Derivado Decorrente.
 - (B) Originário Incondicionado.
 - (C) Derivado Reformador.
 - (D) Originário Instituído.
 - (E) Ilimitado Subordinado.
57. A Constituição da República dispõe expressamente que não pode ser objeto de deliberação, pelo Congresso Nacional, uma proposta de emenda tendente a abolir
- (A) a forma federativa de Estado.
 - (B) o parlamentarismo.
 - (C) o voto obrigatório.
 - (D) a forma republicana de governo.
 - (E) o presidencialismo.

58. O instrumento jurisdicional de controle de constitucionalidade que consiste em representação do Procurador-Geral da República junto ao Supremo Tribunal Federal, visando possibilitar a decretação de intervenção da União nos Estados ou no Distrito Federal, em razão da violação de algum dos princípios constitucionais sensíveis, é denominado
- (A) arguição de descumprimento de preceito fundamental.
 - (B) ação declaratória de inconstitucionalidade.
 - (C) ação declaratória de constitucionalidade.
 - (D) ação direta de inconstitucionalidade interventiva.
 - (E) ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
59. São dois dos legitimados para propor arguição de descumprimento de preceito fundamental
- (A) qualquer pessoa lesada ou ameaçada por ato do Poder Público e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (B) qualquer pessoa lesada ou ameaçada por ato do Poder Público e o Defensor-Público da União.
 - (C) o Advogado-Geral da União e partido político com representação no Congresso Nacional.
 - (D) o Advogado-Geral da União e o Defensor-Público da União.
 - (E) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e partido político com representação no Congresso Nacional.
60. Nos termos do artigo 22 da Constituição da República, compete privativamente à União legislar sobre
- (A) direito agrário.
 - (B) direito tributário.
 - (C) direito financeiro.
 - (D) direito penitenciário.
 - (E) proteção à infância e à juventude.
61. Assinale a alternativa que corresponde a um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (A) Repudiar o terrorismo e o racismo.
 - (B) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
 - (C) Promover a igualdade entre os estados federados.
 - (D) Defender a independência nacional.
 - (E) Preservar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

62. Sobre a pena de morte no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que
- (A) ela é aplicável a condenados reincidentes nos crimes de latrocínio ou estupro seguido de morte.
 - (B) ela só é aplicável em caso de guerra declarada.
 - (C) a Constituição permite sua aplicação em casos de terrorismo transnacional.
 - (D) ela é aplicável a crimes militares em tempo de paz ou de guerra.
 - (E) a Constituição não permite sua aplicação em nenhuma hipótese.
63. A respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.
- (A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não podem recusar fé aos documentos públicos.
 - (B) A incorporação, a subdivisão ou o desmembramento de estados-membros dependerá de referendo e se fará por meio de lei ordinária federal.
 - (C) A autonomia político-administrativa é atributo dos estados-membros, mas não o é dos municípios.
 - (D) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios dependerá de referendo e se fará mediante lei complementar estadual.
 - (E) Os territórios federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.
64. Nos termos da Constituição da República, são bens dos estados federados:
- (A) as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, incluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros.
 - (B) todas as terras devolutas.
 - (C) as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.
 - (D) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, incluindo-se, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.
 - (E) os potenciais de energia hidráulica.
65. Sobre a disciplina dada aos municípios pela Constituição da República, é correto afirmar que
- (A) é facultada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
 - (B) os Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais deverão ser extintos.
 - (C) o controle interno será exercido pelo Poder Legislativo Municipal, na forma da lei.
 - (D) é vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
 - (E) o controle externo será exercido pelo Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
66. São todos elementos do ato administrativo:
- (A) autoexecutoriedade, imperatividade e coercibilidade.
 - (B) presunção de legitimidade, presunção de veracidade e finalidade.
 - (C) motivação, validade e eficácia.
 - (D) legalidade, eficiência, publicidade e moralidade.
 - (E) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
67. Determinado agente público praticou um ato administrativo que, depois, constatou ser ilegal. Nessa situação, considerando o que estabelece o direito administrativo brasileiro, com relação a esse ato, é correto afirmar que
- (A) a Administração tem o poder de invalidá-lo, sem que seja necessária a intervenção do Poder Judiciário.
 - (B) poderá ser ratificado e mantida sua validade, apenas se houver concordância do agente público e do destinatário do ato.
 - (C) deverá ser revogado pelo Poder Judiciário.
 - (D) pode ser ratificado e mantida a sua validade pela própria Administração ou pelo poder Judiciário.
 - (E) a Administração Pública tem o dever de revogá-lo.
68. “Acordo de Direito Público – pelo qual o órgão superior da Administração direta estabelece, em conjunto com os dirigentes da entidade contratada, o programa de trabalho, com a fixação de objetivos a alcançar, prazos de execução, critérios de avaliação de desempenho, limites para despesas, assim como o cronograma da liberação dos recursos financeiros previstos” (Hely Lopes Meirelles).
- Essa é uma definição de
- (A) acordo de licitação contratual.
 - (B) programa de metas da Administração Pública.
 - (C) contrato de gestão.
 - (D) Parceria Público-Privada.
 - (E) ato administrativo negocial.
69. Considerando o que estabelece o direito administrativo brasileiro a respeito da discricionariedade administrativa, é correto afirmar que
- (A) o ato discricionário pode ser revisto pelo juiz em seus aspectos formais e materiais.
 - (B) o ato por ela produzido é imune, formal e materialmente, ao controle judicial.
 - (C) decisão definitiva por meio de ato administrativo discricionário não pode ser discutida em ação judicial.
 - (D) o ato discricionário visa sempre o interesse da Administração Pública e baseia-se no princípio constitucional da verdade sabida.
 - (E) o controle judicial não pode adentrar ao mérito do ato administrativo discricionário.

70. Nas licitações, a adjudicação compulsória significa que
- (A) a Administração deve assinar de imediato o contrato administrativo com o vencedor do procedimento licitatório.
 - (B) não pode a Administração, concluído o procedimento licitatório, atribuir o objeto da licitação a quem não seja o vencedor.
 - (C) a Administração, depois de concluído o procedimento, está impedida de invalidar a licitação, mesmo que tenha ocorrido alguma ilegalidade.
 - (D) houve um único licitante e a Administração deve atribuir-lhe de imediato o objeto da licitação.
 - (E) o procedimento licitatório deve ser submetido, obrigatoriamente, ao crivo do Poder Judiciário para ter validade.
71. Essa modalidade de licitação é obrigatória para obras e serviços de engenharia de valor superior a um milhão e quinhentos mil reais:
- (A) concorrência.
 - (B) tomada de preços.
 - (C) pregão.
 - (D) leilão.
 - (E) concurso.
72. Conforme dispõe a Lei de Licitações, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de
- (A) contratações emergenciais.
 - (B) empreitada.
 - (C) aquisição de material bélico.
 - (D) pequenas compras de pronto pagamento.
 - (E) locação de imóveis para o serviço público.
73. Segundo a Lei de Licitações e Contratos administrativos, a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado
- (A) não impede a continuidade do contrato.
 - (B) exige que seja feita nova licitação.
 - (C) constitui motivo para rescisão do contrato.
 - (D) exige que os novos sócios ou herdeiros sejam chamados a assinar novo contrato.
 - (E) em nada altera o respectivo contrato.
74. No Brasil, a responsabilidade do Estado, conforme o direito administrativo, é regida pela teoria do(a)
- (A) responsabilidade subjetiva.
 - (B) risco administrativo.
 - (C) risco integral.
 - (D) princípio da irresponsabilidade estatal.
 - (E) culpa civil.

75. Assinale a alternativa que contém um tipo de agente público cujo regime jurídico que o vincula ao serviço público é o da legislação trabalhista.
- (A) Defensor público.
 - (B) Policial civil.
 - (C) Empregado público.
 - (D) Servidor militar.
 - (E) Servidor estatutário.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL

As questões de números 76 a 78 referem-se à Lei de Execução Penal – Lei n.º 7.210/1984.

76. Assinale a alternativa que corresponde a um dos deveres do condenado.
- (A) Pedido formal de perdão ao ofendido ou, na falta deste, a seus familiares.
 - (B) Indenização obrigatória ao Estado das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto total da remuneração do trabalho.
 - (C) Respeito ao servidor e obediência a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se.
 - (D) Conduta imparcial em relação aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina.
 - (E) Indenização à vítima ou a seus sucessores.
77. Sobre o instituto da remição, assinale a alternativa correta.
- (A) O tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos.
 - (B) O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/2 (metade) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.
 - (C) O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos deixará de beneficiar-se com a remição, durante o período do impedimento.
 - (D) A remição será declarada pelo diretor do presídio, ouvidos o Ministério Público e a defesa.
 - (E) Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/2 (metade) do tempo remido, recomeçando a contagem a partir da data do cumprimento da punição disciplinar.

78. O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando
- (A) autorizar a saída temporária no regime aberto.
 - (B) aplicar pena restritiva de liberdade a ser cumprida nos regimes aberto ou semiaberto, ou conceder progressão para tais regimes.
 - (C) aplicar pena restritiva de direitos que estabeleça limitação de horários ou de frequência a determinados lugares.
 - (D) determinar a prisão domiciliar.
 - (E) conceder o livramento condicional ou a suspensão condicional da pena.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

79. A entidade privada denominada Tecnologia Avançada (T.A.), com vínculo com uma Secretaria Estadual, divulgou informação sigilosa, sem autorização, que acabou por resultar em danos à imagem de terceiros. Conforme dispõe a Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), é correto afirmar, nessa situação, que
- (A) a entidade T.A. estará sujeita a responder diretamente pelos danos causados pela divulgação não autorizada, já que a Lei de Acesso à Informação se aplica a entidades públicas e privadas que tenham vínculos com o poder público.
 - (B) a entidade T.A. não deverá responder pelos danos, sendo o Estado o único responsável por eventual indenização a ser paga a terceiros prejudicados pela divulgação não autorizada da informação.
 - (C) a entidade T.A. não poderá ser responsabilizada pela divulgação da informação sigilosa, uma vez que a Lei de Acesso à Informação não se aplica a entidades privadas, sendo aplicável apenas a entidades públicas.
 - (D) a entidade T.A. estará sujeita a responder diretamente pelos danos causados a terceiros, mas terá o direito de ser ressarcida pelo Estado pelos respectivos valores pagos.
 - (E) o único responsável pelos danos causados a terceiros será o funcionário que divulgou, sem autorização, a informação sigilosa, ficando a entidade privada e o Estado isentos dessa responsabilidade.
80. No âmbito do Estado de São Paulo, o Decreto n.º 58.052/2012 estabelece que, nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, a atribuição de orientar a gestão transparente dos documentos, dados e informações do órgão ou entidade, visando assegurar o amplo acesso e a divulgação, será exercida pelo(a)
- (A) Chefe do Almoxarifado da respectiva repartição.
 - (B) Chefia de Gabinete da respectiva Secretaria Estadual, órgão ou entidade.
 - (C) Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA.
 - (D) Assessoria Técnica de Organização e Avaliação – ATOA.
 - (E) Assessoria Jurídica de cada entidade ou órgão estadual.

